

Raymond Aron e a Teoria da Estratégia*

Abel Cabral Couto

Ten. Gen. (Ref)

Resumo

O presente artigo tem como foco a obra de Raymond Aron enquanto epistemólogo e teorizador da Estratégia, tendo em conta que o pensador francês, não tendo sido um estratega, foi um eminente estrategista. Raymond Aron terá sido o último dos clássicos da estratégia, restringindo esta última ao vector militar, diferentemente de Beaufre, o primeiro dos modernos neste domínio. Não obstante, a sua obra continua incontornável num conjunto de aspectos que se prendem com as capacidades, limites e condições de emprego do vector militar; a da inserção deste vector no Estado; a das relações entre a estratégia (militar) e a política; a da distinção entre ganhar e não perder; a da dialéctica entre forças morais e forças materiais; a da rejeição de concepções deterministas, bem como de quaisquer listas de receitas, nos domínios político e estratégico.

Abstract

The present article focus on the work of Raymond Aron as epistemologist and strategy theorizer, seeing that the French philosopher, although not really being a strategos, was an eminent strategist. Raymond Aron may have been the last of the strategy classics, restricting the latter to the military vector, unlike Beaufre, the first of the modern thinkers on this field. Nevertheless, his work remain unsurpassable in many of the aspects that link with capacities, limits and conditions of the employment of the military vector; the insertion of this vector in the state; the relations between military strategy and politics; the distinction between winning and not losing; the dialectic between moral forces and material forces; the rejection of determinism conceptions as well as any prescribed lists in the political and strategical fields.

* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.

1. Introdução

- a. Cabe-me, talvez, a parte mais árida e, certamente, a mais esotérica deste Seminário, pelo que tenho consciência de que abusarei da paciência de V. Ex^{as}., do que me penitencio. E como a minha exposição girará, em grande parte, em torno de conceitos, nem sempre de interpretação pacífica, parece-me conveniente, à partida, começar por delimitar o objecto do que vou dizer.

Aron nunca foi um *estratega*, isto é, um chefe ou líder que concebe, decide, age e faz agir no domínio da estratégia. Mas, mesmo sem ter sido um conselheiro do “príncipe”, ou elemento dum estado-maior, foi um notável *estrategista*, ao longo de três décadas, em grande parte gastas a analisar e a comentar, através de variadas formas de expressão, a conjuntura e a problemática político-estratégica do seu tempo, como espectador comprometido. Mas esta exposição tem como foco a obra de Raymond Aron como *epistemólogo* ou *teorizador* de estratégia, na qual reflecte sobre a essência deste fenómeno, estabelece e justifica conceitos e as suas inter-relações e define categorias que delimitam e caracterizam o mesmo fenómeno.

- b. A produção escrita de R. Aron é multifacetada, dirigida a todos os grandes problemas do seu tempo – filosóficos, políticos, estratégicos, económicos e sociais – e torrencial, traduzindo-se em milhares de páginas escritas. E uma questão que, de início, se poderá colocar a um leitor comum parece-me ser a seguinte: como é que uma personalidade com as suas características – um filósofo, um homem sobretudo de reflexão, um pacifista militante na sua mocidade, um docente por atracção e, talvez, por vocação – acaba por dedicar grande parte da sua vida (e, atrevo-me a dizer, apaixonadamente) ao estudo da guerra, tornando-a ingrediente “sine qua non” duma teoria das Relações Internacionais, ao arrepio de concepções meramente historicistas, economicistas ou jurisdicistas até então predominantes, pelo menos na Europa? E donde veio a sua atracção pela forma mais arrepiante duma potencial guerra, isto é, pelo facto nuclear?

A resposta à primeira questão é dada pelo próprio Raymond Aron nas suas *Memórias*¹, quando diz:

“Comecei a interessar-me pela guerra, como sociólogo, durante os anos de Londres. Como noutras circunstâncias, o remorso ou, pelo menos, o arrependimento esti-

1 R. ARON – *Memoirs* – Paris, Julliard, 1983, p. 451.

veram na base da minha decisão. Com que direito exprimi, antes da guerra, juízos categóricos sobre a diplomacia, quando nada ou muito pouco sabia sobre a matéria militar, relações de forças, oportunidades de vitória ou riscos de derrota? Eu tinha estudado economia, a fim de fundamentar, com rigor, as minhas opiniões sobre o capitalismo e o socialismo. Porquê ter negligenciado o que os alemães chamaram “ciência da guerra?”

Quanto à segunda pergunta, refere na mesma obra²: “A aparição da bomba atômica encheu todos os espíritos de espanto e de terror. Impunha-se, tanto a civis como a militares, a seguinte questão: como inserir, no jogo tradicional dos Estados, este instrumento de destruição, duma potência sem paralelo com a das armas que passavam a ser chamadas clássicas ou convencionais?”

Não posso deixar de salientar a postura intelectual de Raymond Aron, que contrasta singularmente com a de tantos que, sem pudor, discorrem sobre assuntos militares ou temas estratégicos sem conhecerem, no mínimo, a “basesinha” de que falava o Eça ...

- c. Para bem saber da “coisa” militar, Aron leu atentamente os grandes clássicos e, destes, acaba por se fixar, com particular atenção, em Clausewitz e Delbruck, que lê no original, dado o seu perfeito domínio da língua alemã; quanto ao pensamento contemporâneo, explora as relações privilegiadas que, logo após o fim da 2ª. Guerra Mundial, estabeleceu com os principais centros americanos de reflexão estratégica e mesmo com segmentos significativos do aparelho de Estado dos EUA.

A leitura da obra “Da Guerra”, de Clausewitz, surpreende-o, num primeiro tempo, porque nela encontra, não as habituais reflexões sobre a organização, o armamento e as formas de emprego dos meios militares, sobre a escolha do terreno, as disposições antes do combate, os tipos de manobras, etc., etc., mas um verdadeiro discurso filosófico sobre a guerra, erigido em torno de um conceito ideal – o de “guerra absoluta” –, a partir do qual Clausewitz conseguiu explicar, não só a diversidade histórica e concreta das várias formas de guerra, – ou seja, o carácter camaleónico desta –, mas também articular os vários níveis conceptuais de compreensão da guerra, e identificar e definir conceitos intemporais.

2 Idem.

Num segundo tempo, é seduzido por aquela leitura: em Clausewitz encontra Aron um verdadeiro método para pensar um qualquer domínio da acção social, vendo nele como que um precursor das teses de Max Weber, que lhe eram caras. De facto, do conceito ideal, abstracto, de “guerra absoluta”, Clausewitz passa à realidade e estabelece uma nova concepção para as “guerras reais”, de que a “guerra absoluta” seria apenas um caso limite. Ora, como salienta P. Hassner³, “a preocupação teórica permanente de Aron, já reflectida na sua tese de doutoramento, é a das relações entre conceito e realidade, entre a racionalidade abstracta e o sujeito histórico”. A aceitação de um desfasamento ou diferenciação irreduzíveis entre pensamento ou conceito e a realidade opõe-se à concepção hegeliana da História e da Ideia, que identifica aquela como uma marcha inelutável no sentido da concretização dessa Ideia Absoluta, conduzindo a um determinismo, que Aron rejeita. Ora Clausewitz não pretende absolutizar o conceito ideal, nem pretende, bem pelo contrário, formular qualquer doutrina capaz de estabelecer receitas aplicáveis em todas as circunstâncias. Conforme é superiormente demonstrado por C. Malis, a matriz intelectual de Clausewitz radica em Kant e não em Hegel.

Finalmente, num terceiro tempo, Clausewitz acaba por se tornar, por assim dizer, uma personalidade de culto de Raymond Aron. De facto, depois de ter sido o autor mais citado e alvo de vários artigos e conferências, é objecto da sua última grande obra - “Pensar a Guerra, Clausewitz” - por muitos considerada a sua obra-prima, na qual, após originais trabalhos de investigação, traça uma notável biografia de Clausewitz, reconstitui, tão quanto possível, a sua produção escrita e a génese da sua obra fundamental, avança com teses sobre o processo de revisão do tratado “Da Guerra” e procede, à luz duma aplicação cerrada das concepções clausewitzianas, à análise dos grandes conflitos do século XX, bem como da conjuntura político-estratégica de então. E é o próprio Aron a afirmar que, na altura, seria mais expectável, e mais de acordo com a sua formação académica, um trabalho de fundo sobre Marx...

Parece-me, assim, adequado que, antes de nos centrarmos nas principais linhas de força do pensamento de R. Aron, no domínio da teoria da estratégia, recorremos os traços fundamentais das concepções clausewitzianas, pesem embora as insuficiências e limitações inerentes a qualquer tentativa de síntese duma síntese.

3 ARON, R. - Sur Clausewitz - Bruxelles, Eds. Complexe, 1987, p. 9

2. Síntese das Concepções Clausewitzianas

- a. Depois de tomar o duelo como modelo, Clausewitz define a guerra como “um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”⁴. Como toda a acção provoca uma reacção, qualquer esforço ofensivo duma das partes é contrariado por um esforço defensivo da outra parte que, para ser superado, exige um acréscimo do esforço ofensivo, que será novamente contrariado por um acréscimo do esforço defensivo e assim sucessivamente. Este jogo de parada e resposta, de acção e reacção de intensidades crescentes, gera uma espiral de violência, que tende a ascender aos extremos. Por outro lado, cada adversário é obrigado a seguir a lei do outro: aquele que pretende não recorrer a determinados meios ou instrumentos disponíveis acaba por recear que o adversário tire vantagem de tal facto, se não tiver os mesmos escrúpulos. Como refere Clausewitz, “Enquanto não tiver batido o adversário, mantenho-me receoso de que ele me abata. Eu não sou senhor dos meus actos, visto que o adversário me dita a sua lei, como eu lhe dito a minha”⁵. Esta situação tende a originar que a exasperação da violência seja, não só intensiva, mas também extensiva. Este é o conceito de “guerra absoluta”, ideal ou abstracto, que traduz as necessidades intrínsecas da guerra, ou seja a tendência para uma luta de morte, sem limites, até ao completo aniquilamento da resistência ou desarmamento do adversário.
- b. Na vida real, o fenómeno passa-se de forma diferente. E assim, estabelecida numa primeira fase a essência racional da guerra, Clausewitz considera progressivamente cinco factores que a reconduzem à diversidade do real: o *espaço*; o *tempo*; a *assimetria entre o ataque e a defesa*; a combinação da racionalidade assente num *cálculo de probabilidades* com os elementos de *incerteza* e com a influência do *azar ou acaso*; e a *política*.
- Quanto ao espaço, um Estado dispõe dum *território* (com determinadas características que facilitam ou dificultam as operações militares, com maior ou menor espaço de manobra, com recursos abundantes ou escassos, etc., etc.), duma *população* (mais ou menos numerosa, com os seus valores, crenças e nível cultural,

4 CLAUSEWITZ, C. Von - Da Guerra - Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, p. 73

5 CLAUSEWITZ, C. Von, op. cit., p. 76.

que é fonte do recrutamento militar, etc.) e de um *Governo* (mais ou menos eficaz e respeitado pela população, com uma ideologia e com variadas instituições, incluindo as forças militares, etc.), tudo isto influenciando, evidentemente, o desenrolar da guerra.

Quanto à influência do tempo, basta notar que a guerra não se decide num único instante. Há tempo para desenvolver novas capacidades pela mobilização de recursos, para criar ou desfazer alianças, estabelecer outros objectivos, comunicar, directa ou indirectamente, com o adversário, etc.

Quanto à assimetria entre o ataque e a defesa, embora só uma atitude ofensiva possa conduzir à vitória, a defesa é a forma mais forte de fazer a guerra, na medida em que a escolha do terreno mais favorável para se bater e a sua organização atempada podem, por si sós, alterar profundamente a relação de forças a favor do defensor, obrigando o adversário à concentração de meios muito superiores. O enorme esforço exigido ao atacante em condições menos favoráveis (por exemplo, de protecção) faz com que, em regra, o efeito do atrito seja naquele mais acentuado. E, em consequência, qualquer esforço ofensivo exige tempo para a sua preparação e tem uma entropia que leva ao seu esgotamento; se não tiver obtido resultados decisivos, há que reconstituir uma nova capacidade para a realização de um novo esforço ofensivo, o que exige tempo. Por conseguinte, em virtude da assimetria anteriormente referida, a guerra não é um “continuum”, mas uma sucessão de pausas ou paragens, entrecortada por explosões de violência. E essas pausas permitem uma eventual reformulação dos objectivos prosseguidos, a avaliação e ponderação de custos, eventuais diligências junto de sectores afectos ou desafectos, ou o envio de “sinais” ao adversário, etc.

Na guerra, há factores passíveis de uma avaliação mais ou menos rigorosa, o que pode permitir um cálculo de probabilidades. Mas, por mais aperfeiçoados que sejam os sistemas de informação, são múltiplos os factores de incerteza (desde logo, sobre as reais intenções do adversário). Por outro lado, a guerra é do domínio do imponderável, do acaso, do azar (a morte súbita do chefe político adverso, por exemplo).

Finalmente, a guerra não é um fim em si mesma. Nasce de uma situação política, visa um objectivo político e constitui um acto político. A política não acaba quando a guerra começa: a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios (ou com a mistura de outros meios). O adversário pode visar objectivos limitados e, conseqüentemente, a sua eventual vitória não significará sempre um desastre

irreparável. E, aspecto fundamental, o adversário raramente é um inimigo “puro”, isto é, entre os beligerantes existem, evidentemente, interesses em conflito, mas existem também, em regra, interesses comuns.

Assim, desde que se façam intervir estas considerações múltiplas, que reflectem o contexto real, a guerra muda de natureza, tornando-se as guerras reais, normalmente, limitadas. Por conseguinte, o conflito puro, susceptível de conduzir à “guerra absoluta”, é um caso especial, historicamente raro: esta é como que uma assíntota das guerras reais.

- c. E, conseqüentemente, em contraponto com a concepção inicial, Clausewitz conclui que, na realidade, a guerra é não só como um camaleão, que modifica a sua aparência, tomando formas variadas conforme as circunstâncias, mas também, pelas suas tendências principais, uma *surpreendente trindade*⁶ em que se combinam:

- a violência originária, de ódio e de animosidade, que deve ser considerada um *cego impulso natural*;
- um jogo de probabilidades e de azares que transformam a guerra numa *livre actividade da alma*;
- e, finalmente, a sua natureza de instrumento da política que a submete à *pura razão*.

A primeira destas três facetas relata-se particularmente ao povo; a segunda, ao chefe militar e ao seu exército; a terceira, sobretudo ao governo.

As paixões que se inflamam na guerra devem já estar latentes na população; a amplitude que tomará o jogo da coragem e do talento com o azar ou acaso e suas vicissitudes depende do carácter do chefe militar e do seu exército; quanto aos objectivos políticos, apenas o governo decide.

- d. A estas trilogias correspondem uma outra trilogia – a *táctica*, a *estratégia* e a *política* – ou seja, de forma muito sintética, a finalidade **na** guerra (consecução do objectivo militar, pela vitória no combate); a finalidade **da** guerra (consecução do objectivo político); e a definição do objectivo político e a mobilização das forças materiais e morais, ao serviço dos fins.

6 CLAUSEWITZ, C. Von, op.cit., p. 89.

Para Clausewitz, a estratégia tem uma dimensão exclusivamente militar e circunscrita ao que se chama “estratégia operacional” e ao planeamento da guerra. E como, elaborados os planos de guerra, só há estratégia na guerra, aquela é algo de descontínuo, ausente no tempo de paz ou, preferivelmente, de não-guerra.

- e. Uma outra concepção, pouco referida, de Clausewitz, que causou fortes engulhos a Raymond Aron e que com o surgimento do facto nuclear adquiriu especial relevância, é a relativa à aparente imprescindibilidade da prova de força ou combate no fenómeno da guerra. De facto, se a guerra é um acto de violência, só há guerra se a violência for exercida, isto é, se se verificar a prova de força efectiva. É o que leva Clausewitz a dizer⁷ “a decisão pelas armas é, em toda a operação de guerra, grande ou pequena, o que o pagamento em espécie é nas transacções financeiras”.

3. A Contribuição de Raymond Aron

- a. As obras de Raymond Aron, com maior relevância estratégica, são, por ordem cronológica, *O Grande Cisma*, *As Guerras em Cadeia*, *Paz e Guerra entre as Nações*, *O Grande Debate* e *Pensar a Guerra*, *Clausewitz*. As duas primeiras, de 1947 e 1951 (anteriores, portanto, à primeira arma termo-nuclear) são de menor importância teórica. Todavia, é logo na primeira que surge a expressão talvez mais citada de Aron – “Paz impossível, Guerra improvável” – e que sintetiza a inevitabilidade da guerra fria entre as duas superpotências. Desta forma, é nas três últimas que se encontram as mais importantes reflexões teóricas sobre a guerra e a estratégia, sendo que *O Grande Debate* é um verdadeiro pequeno tratado de estratégia nuclear. Em todas estas últimas obras, Aron respeita e defende toda a conceptualização de Clausewitz, com a qual se identifica, inclusive quanto ao conceito de estratégia, sendo desta forma um dos mais notáveis neo-clausewitzianos.
- b. Conforme Raymond Aron assinala⁸, há duas leituras da obra de Clausewitz: uma, paroxística, privilegia a noção de “guerra absoluta”, a ascensão irresistível aos

7 CLAUSEWITZ, op. cit., p. 100

8 ARON, R. - *Memoirs*, op. cit., p. 647

extremos, a busca incessante da vitória, a valorização da ofensiva, a batalha de aniquilamento ou a batalha decisiva, o sangue como preço da vitória, etc., etc.; a outra leitura, moderadora, coloca no centro do pensamento a concepção trinitária da guerra; a guerra como imersa na política e como instrumento político; as guerras reais, na sua maioria, como guerras limitadas; a subordinação do chefe militar ao chefe político; a estratégia ao serviço da política; a prudência como ingrediente essencial da arte militar, etc., etc. A primeira leitura, mais superficial e adaptável a uma “vulgata”, foi a que predominou no Alto Estado-Maior Alemão e nos respectivos estabelecimentos de ensino militar até ao fim da 2.^a Guerra Mundial, acabando por contribuir para o descrédito de Clausewitz junto de muitos pensadores da problemática da guerra e da estratégia; a segunda leitura, mais exigente, foi a defendida e aprofundada por Raymond Aron, e que vai pôr à prova analisando a sua adequação à problemática da época, com o advento das armas de destruição maciça, a aceleração da evolução tecnológica, a oposição sem compromisso entre ideologias e a proliferação de guerras subversivas e revolucionárias.

- c. Aron toma também, como base de partida, o conceito ideal da guerra. Mas, no processo de passagem à concepção trinitária, isto é, do conceito abstracto à realidade, vislumbra três níveis de compreensão do fenómeno da guerra:
- (1) O nível teórico, o do conceito racional, centrado numa análise da guerra ideal, em consequência das suas características intrínsecas.
 - (2) O nível sociológico, que analisa a guerra como um fenómeno social, colocando-a portanto, num dado contexto social, o que explica a diversidade de formas da guerra.
 - (3) E, finalmente, o nível histórico, centrado no carácter único e singular de cada conflito.

Registe-se que estes três níveis de compreensão da guerra são também os que Aron utilizou na sua teoria das Relações Internacionais, correspondendo à forma como está articulada a obra “Paz e Guerra”, completada com um quarto nível, o da praxeologia, que se situa para além da teoria propriamente dita.

- d. Aron esmiúça a distinção entre força e poder e, quanto a este, associa-o apenas à capacidade de coagir ou resistir à coacção de outrem. Analisa, também, em profundidade a distinção entre poder real ou efectivo e poder potencial ou putativo e entre potencial militar imediatamente disponível e potencial teórico ou mobilizável.

Evidencia ainda a questão da inutilidade ou inaplicabilidade de certas forças ou elementos do poder em função das situações concretas, o que explica o facto de, em tempo de paz ou de não-guerra, com frequência, o fraco bater o pé às exigências do poderoso, acabando por o vencer nessa prova de vontades. Analisa também, desenvolvidamente, as diferenças entre “poder ofensivo” e “poder defensivo”.

- e. Em contraponto ao “País”, “Poder Militar” e “Vontade” de Clausewitz, Aron condensa o que podemos chamar factores do potencial estratégico em três grandes rubricas: o *meio*, os *recursos* e a *capacidade de acção colectiva*. Assinala-se que a capacidade de esquematização e de síntese de Aron se evidencia através de várias outras trilogias, entre as quais:
 - o *poder*, a *glória* e o *triunfo duma ideia*, como objectivos abstractos de política externa;
 - o *espaço*, os *homens*, as *almas*, como objectivos concretos;
 - o *corpo*, o *coração*, o *espírito*;
 - *dissuasão*, *persuasão*, *subversão*, como grandes modos de acção;
 - a paz pelo *equilíbrio*, pelo *terror*, pela *satisfação*.
- f. As questões das relações entre a guerra ou a estratégia e a política, da inserção das forças armadas na organização do Estado, da subordinação dos chefes militares ao poder político, da política como inteligência do Estado e da relação entre os fins e os meios, são grandes preocupações teóricas de Aron, que as analisa repetitiva e profundamente em variadas oportunidades, transformando-as em verdadeiros cavalos de batalha.
- g. Para Aron, a pluralidade dos objectivos políticos a todo o momento prosseguidos por um Estado e o carácter trinitário da guerra, tornam impossível, no domínio da política, da estratégia ou da guerra, qualquer decisão *racional*, no sentido de solução única e exclusiva, ditada pela razão, e independente do decisor. Por conseguinte, segundo Aron, aquilo a que se pode aspirar, com o recurso à teoria, é a um leque de opções *razoáveis* (“*raisonnables*”), no duplo sentido de justificáveis pela razão e de ponderadas. Assim, a teoria não pode ir além do estabelecimento de um certo número de conceitos fundamentais e das relações entre os mesmos, da definição das categorias que caracterizam o sistema ou

subsistema em apreço e da formulação de certas hipóteses sobre o seu funcionamento, desta forma podendo servir de suporte a um leque de escolhas razoáveis. Na óptica de Aron, não há lugar para pretensões deterministas, normativas ou moralistas.

- h. Como já referido no campo teórico, uma das grandes questões da reflexão de Aron foi a das relações entre a estratégia e a política e a de saber em que medida o facto nuclear vinha ou não alterar o significado dos dois termos e aquelas relações, ou a relação entre os fins e os meios da Política.

A dificuldade política clássica é a da escassez dos meios relativamente aos objectivos desejados. Com o facto nuclear, surgiu um problema inverso: o da ausência de objectivos para a potência dos meios. Por outro lado, numa situação de “equilíbrio do terror” não há objectivos que possam ter como preço a destruição do actor. Em consequência, o problema fundamental da estratégia sofreu como que uma inversão: enquanto outrora visava a busca dos melhores caminhos e meios para travar a guerra, ao serviço da política, passou a visar, prioritariamente, a procura da melhor forma de se evitar um determinado tipo de guerra (a nuclear). E cedo se tornou evidente que, pelo menos em áreas vitais, um primeiro tiro com armas convencionais podia, pelo processo analisado por Clausewitz, acabar por conduzir aos extremos. Assim, o facto nuclear apontava a uma rotura, não só epistemológica, mas também praxeológica. E daqui a excepcional importância da problemática da dissuasão nuclear.

Mas, esta assenta em várias situações ambíguas ou paradoxais. Por um lado, pretende-se que as AN não tenham outra função que não a de evitar o seu efectivo emprego; por outro lado e simultaneamente, só podem cumprir aquele papel se houver possibilidade de serem empregadas. Além disso, como a dissuasão se baseia num jogo de ameaças e de sinais, quanto mais terrível fôr a ameaça menos credível se poderá tornar e, em contrapartida, quanto menos terrível for a ameaça mais a guerra se torna racionalizável e, portanto, mais possível.

Uma outra questão respeita à relação entre o ataque e a defesa. No passado, os meios militares, que serviam para dissuadir, preservando a paz, serviam, em tempo de guerra, quer para atacar, quer para defender. Ora, as forças nucleares só servem ou para dissuadir ou para atacar: não há defesa ao nível nuclear e, por conseguinte, não existe a pausa nas operações que, como referimos, era elemento vital para a potencial moderação da violência, pela troca de sinais que podia proporcionar.

Finalmente, põe-se, em termos clausewitzianos, o problema do combate, do “pagamento em espécie”. Como é que esta tese se coaduna com a dissuasão? Há uma estratégia de dissuasão?

Sobre estas questões, diferentes pontos de vista foram emitidos pelos teóricos da estratégia. Referirei apenas os mais significativos.

Para uns, os meios nucleares não são “armas”, isto é, artefactos com poder de destruição, mas cujos efeitos são controláveis e geríveis. Desta forma, são a-estratégicas, não havendo lugar para uma estratégia nuclear, de dissuasão ou de emprego. E, nas concepções mais extremistas, as AN não têm qualquer utilidade prática, tudo se passando como se não existissem.

Outros consideram que, a haver uma guerra nuclear, esta seria inevitavelmente absoluta, quase instantânea, sem duração e, portanto, sem margem para qualquer moderação política. Mas, conforme já reconhecido por Clausewitz como uma contradição (que considerou aparente), há guerras que foram decididas sem combate ou batalha, ou seja, pela manobra (ou ameaça de batalha em condições muito desfavoráveis). Desde que, em relação às AN, se considere a ameaça do seu emprego, tal constituiria uma manobra, pelo que a estratégia pode integrar aquelas armas, embora essencialmente sob a forma de uma estratégia negativa, de dissuasão. Outros ainda consideram que, em face da evolução do Mundo, as guerras previsíveis serão de morte, resultantes de um ódio visceral, por razões ideológicas, raciais, religiosas ou mesmo civilizacionais. E, consequentemente, independentemente de esses ódios se poderem servir de meios de destruição maciça, não há lugar para qualquer racionalização política moderadora e todo o sistema clausewitziano é considerado ultrapassado, ou melhor, do mesmo apenas subsistiria a visão ideal da guerra, o que, no fundo, corresponde às concepções hegelianas sobre a identificação da realidade com o conceito.

Raymond Aron procede a uma profunda análise da problemática suscitada pelas AN e da proeminência da estratégia de dissuasão, assente em ameaças. Ao longo da sua análise procura encontrar respostas para as seguintes perguntas fundamentais: quem dissuade quem? De que se dissuade? Como se dissuade? Dissuade-se de uma forma estável ou precária? A primeira pergunta conduz à análise das condições a satisfazer para se ter capacidade de dissuasão; a segunda, à fixação das possíveis doutrinas ou métodos de dissuasão; a terceira e quarta perguntas remetem para o problema da manobra de dissuasão e da interação entre os níveis da guerra fria, da guerra convencional e da guerra nuclear. A dissuasão é o produto de uma

capacidade e da credibilidade ou plausibilidade da ameaça, pelo que envolve um discurso, que tem de ser coerente, e outros jogos de sinais, tudo consistente com o contexto político-estratégico em que se insere, pelo que não se reduz a um simples cálculo militar.

Em face dos meios de destruição existentes, o problema fundamental era o de se evitar uma guerra entre os blocos, através do eficaz funcionamento da dissuasão nuclear; mas, para Aron, era também importante que, no caso de a dissuasão falhar, a guerra fosse decidida no mais baixo patamar de violência possível. Por conseguinte, no plano teórico-prático duas questões se colocavam. A primeira respeitava à necessidade de (contrariamente à opinião de muitos intelectuais da época) se preservar a credibilidade (isto é, a possibilidade de emprego) das AN, condição fundamental para se garantir a eficácia da dissuasão nuclear e, em consequência, a não-eclosão de uma guerra de qualquer tipo entre os blocos. A outra questão, que Aron considera essencial para a extensão das concepções de Clausewitz ao domínio nuclear, é a de saber se, mesmo neste campo, é possível moderar racionalmente o processo de escalada, mantendo-a politicamente controlada e evitando a ascensão inelutável aos extremos. Uma das potenciais alavancas para o efeito é, como vimos, a substituição do combate pela ameaça; uma outra via é desenvolver capacidades e mecanismos que, no caso de a dissuasão nuclear falhar, reduzam a guerra ao nível convencional ou, no mínimo, a contenham ao duma guerra nuclear limitada, através duma adequada articulação entre forças convencionais, armas nucleares táticas e armas nucleares estratégicas. Consequentemente, Aron tornou-se um defensor da doutrina americana da resposta flexível e um crítico da doutrina nuclear francesa, embora fosse partidário duma força nuclear francesa, ao serviço da defesa da Europa.

- i. Eis, numa síntese muito incompleta, o que me parece de mais relevante na contribuição de Aron para a teoria da estratégia.

4. Actualidade de Aron

- a. Como têm resistido as concepções de Aron, no domínio da teoria estratégica, à marcha do tempo? Para manifestar uma opinião, creio convir uma pequena digressão sobre o que tem sido a evolução do conceito de estratégia.

- b. Considero “clássicas” as concepções que, fieis à etimologia da palavra, restringem a estratégia ao domínio militar, como ciência ou arte do general ou chefe militar em operações. Segundo estas concepções, a estratégia só existe na guerra ou no planeamento desta, pelo que tem apenas uma dimensão operacional e um carácter descontínuo (não fora o fenómeno da dissuasão nuclear).

Designo por “modernas” as concepções que centram a análise na finalidade da acção, a de fazer valer uma vontade, por imposição ou capacidade de oposição à de outrem, na consecução de objectivos em oposição, e que, conseqüentemente, deslocam o objecto da estratégia da guerra para a hostilidade entre as partes. Desta forma, consideram que os meios militares são, essencialmente, um instrumento de constrangimento ou de coacção, mas que, hoje em dia, existem outros instrumentos de coacção, distintos e crescentemente eficazes, em consequência do progresso científico-tecnológico e da evolução política, económica e social do mundo. Há, assim, além da tradicional coacção militar, a coacção económica, psicológica, diplomática, etc., cada uma dando origem a uma estratégia geral, devendo todas elas ser devidamente articuladas numa única estratégia integral. Estas concepções consideram ainda que, no mundo real, o ambiente é uma mistura, em graus continuamente variáveis, de hostilidade e harmonia, entre dois limites ideais, o da “paz absoluta” e o da “guerra absoluta”. Conseqüentemente, a estratégia lança mão de vários instrumentos, que não apenas o militar; desenvolve-se de forma permanente e contínua; ao nível do Estado, tem um carácter interdepartamental; não se resume a uma dimensão operacional, incluindo também dimensões genética e estrutural; e, finalmente, como refere o general Beaufre, tem dois modos, como a música: o modo directo, que privilegia o instrumento militar (ou “hard power”, como é moda dizer-se) e o modo indirecto, que coloca o acento tónico nos instrumentos não militares (ou “soft-power”). E, tal como na música acontece com os modos maior e menor, também na estratégia os modos directo e indirecto devem harmoniosamente combinar-se, fundir-se e, eventualmente, alternar. Em face duma situação conflitual grave, pretender resolvê-la, por ignorância ou arrogância, só pelo vector militar, sem o apoio e perfeita articulação da estratégia indirecta ou, pelo contrário, por tibieza ou impotência, pensar resolvê-la através duma estratégia apenas assente no “soft-power” é condenar-se, perdoe-se-me o plebeísmo, a uma “estratégia de manetas”...

Considero “pós-modernas” as concepções que transcendem as concepções inter-estaduais e atendem a que o sistema internacional já não é um sistema de Estados, como nas concepções clássicas e modernas, nele agindo, com relevância crescente, e para além dos Estados, um número crescente de organizações internacionais e transnacionais, de movimentos políticos de base territorial ou não, de organizações clandestinas, etc., pelo que o sistema internacional é actualmente um sistema complexo, heterogéneo e heteromorfo.

Neste sistema, crescentemente promíscuo, com subsistemas de fronteiras flutuantes e fluidas, os vários actores visam fins variados, adoptam grelhas de leitura da realidade muito diferenciadas, obedecem a diferentes éticas, valores e critérios de racionalidade e utilizam sistemas e regras operacionais também muito variados. Neste contexto, as novas concepções da estratégia, além de absorverem os conceitos das concepções modernas, alargam ainda a estratégia a qualquer organização que actue num universo agónico, hostil ou competitivo, no qual se jogue a sua sobrevivência.

- c. Ora Raymond Aron, por formação intelectual e pela sua profunda empatia em relação a Clausewitz, manteve ao longo da sua obra uma concepção da estratégia restrita ao vector militar. É certo que, em alguns escritos mais tardios, é possível detectar um certo mal-estar com as críticas crescentes de vários sectores à forma, quase a-estratégica, como encarava a guerra fria e à aparente oposição que estabelecia entre estratégia e diplomacia, o que não deixa de ser estranho em quem, muito cedo, cunhou a expressão “Paz impossível, Guerra improvável” ou recorreu, com frequência, à expressão “Paz belicosa”. Além disso, num artigo intitulado “Sobre a expressão *estratégia política*”⁹ aproveita, habilmente, a contradição intrínseca de uma expressão pouco feliz, bem como o emprego frequente do termo estratégia a propósito de tudo e de nada, para se furtar às questões essenciais que tornavam a moderna concepção de estratégia de aceitação crescente nos mais variados centros de reflexão e, dessa forma, continua a defender a restritiva concepção clausewitziana, através duma argumentação que considero lateral e pouco ou nada convincente. Fica-se com a impressão que Aron receava, sobretudo, que qualquer brecha aberta no modelo

⁹ In R. Aron – Sur Clausewitz, op. cit., p. 151.

clauswitziano pusesse em causa todo o quadro conceptual em que se apoiou. Ora Clausewitz estuda, sobretudo, a guerra e não se põem em causa os traços fundamentais do seu sistema intelectual se se admitir que o risco de uma ascensão aos extremos não exige, no mínimo, um primeiro tiro, podendo começar com um primeiro insulto... Regista-se, ainda, que Aron nunca cita, que me lembre, Sun Tzu que, julgo, aborda a missão do general ou o papel do soberano numa forma muito mais subtil, plástica e menos ambígua que Clausewitz e, paradoxalmente, mais próxima da modernidade, no meu entender.

Assim, considero que o homem que, pela sua envergadura intelectual, vastíssima cultura e argúcia foi, pelo menos na Europa, o primeiro dos modernos na área da teoria das Relações Internacionais, foi, no campo da teoria da estratégia, o último dos grandes clássicos. Curiosamente, o primeiro dos teóricos modernos é, em minha opinião, um outro francês, o general Beaufre, contemporâneo de Aron (e que, além de teórico, foi também estratega, ao nível militar), e que também nunca vi citado por Aron, talvez por ser um dos mentores da doutrina nuclear francesa, que Aron tanto criticava.

- d. Significa esta opinião que considero Aron um autor ultrapassado, no domínio da teoria estratégica? Longe disso, desde logo porque ser clássico é também ser actual, na medida em que se é intemporal. Em segundo lugar, o fim da bipolaridade político-estratégica remeteu para um segundo plano a anterior proeminência da dissuasão nuclear, recolocando à boca da cena a estratégia operacional militar. A guerra voltou a ser racionalizável e o vector militar tornou-se, novamente, um instrumento útil da política, de maneira afirmativa e sob vários racionais: Clausewitz e a problemática da guerra voltam a ser actuais. Finalmente, creio que permanece de pé a parte mais substantiva da análise que Aron faz e das conclusões a que chega relativamente a um conjunto de questões teóricas fundamentais: a das capacidades, limites e condições de emprego do vector militar; a da inserção deste vector no Estado; a das relações entre a estratégia (militar) e a política; a da população como factor de potencial, ou como objectivo estratégico, ou como actor estratégico ou como palco da acção estratégica ou como emissora duma opinião (pública) crescentemente condicionadora da acção; a das condições duma estratégia de dissuasão nuclear e da sua sustentabilidade; a da distinção entre ganhar

e não perder; a da dialéctica entre forças morais e forças materiais; a da rejeição de concepções deterministas, bem como de quaisquer listas de receitas, nos domínios político e estratégico; a dos limites dos modelos, matemáticos ou não, de reprodução e tratamento da conjuntura; etc., etc. Considero, ainda, relevante o magistério que, ao longo de toda a sua produção intelectual, faz da prudência, na política e na estratégia, como parte integrante da sagesa, e que não deve ser confundida com tibieza. E, finalmente, em face da incontornável relevância da problemática estratégica para o futuro dos Povos e da Humanidade (os erros pagam-se muito caro) é crescentemente impositiva a mensagem, implícita, que lançou aos decisores políticos: “Estudem-na! Façam como eu, apesar de não ter responsabilidades de decisão política e de apenas pretender emitir opiniões fundamentadas e avisadas”.

Bibliografia

ABREU, F. - *Estratégia - o Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz* - Lisboa, Ed. Colibri, 2000

ARON, R. - *Paix et Guerre entre les nations* (3^a. Ed.) - Paris, Calmann-Lévy, 1963

“ - *Le Grand Débat* - Paris, Calmann-Lévy, 1963

“ - *Penser la guerre, Clausewitz* - Paris, Gallimard, 1976

“ - *Memoirs* - Paris, Julliard, 1983

“ - *Sur Clausewitz* (Col) - Bruxelles, Ed. Complexes, 1987

CLAUSEWITZ, C. - *Da Guerra* - Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976

COUTO, A. C. - *Elementos de Estratégia* - Lisboa, IAEM, 1988

“ - Da importância de uma teoria - in ABREU, F. - *Fundamentos de estratégia militar e empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2002

“ - Posfácio - in FERNANDES, A. H. e Abreu, F. (Ed) *Pensar a Estratégia: Do político-militar ao empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2004

FERNANDES, A. H. e ABREU, F. (Ed) - *Pensar a Estratégia: Do político-militar ao empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2004

HOFFMANN, S. - *The State of War* - New York, Praeger, 1965

“ - Raymond Aron et la Théorie des Relations Internationales - *Politique Étrangère*, n°. 4/83 - Paris, IFRI

JEAN, C. - Carl von Clausewitz's Theory of War and Strategic Thought - *Rivista Militar*, May-June e Jul-Ago - Rome, 1990

MALIS, C. - Critique de la raison strategique à la lumière de Clausewitz - *Stratégique*, n°. 62 - Paris, Institut de Stratégie Comparée (ISC), 1997

“ - Aron, Clausewitz, un débat continue - *Stratégique*, n°. 78/79 - Paris, ISC, 2001

V.V.V. - *Commentaire*, n°. 28-29, Hiver 1985 - Paris, Julliard